



O Jornalismo Opinativo no Jornal da Band – o caso do MST¹

Marlon Santa Maria DIAS²

Gisele Dotto REGINATO³

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

O Jornalismo Opinativo permite ao jornalista uma liberdade maior para que suas opiniões pessoais sejam expressas. Em geral, essa opinião vai ao encontro do posicionamento da empresa para a qual ele trabalha. Para analisar a influência desse discurso opinativo no telejornalismo e, desse modo, entender de que forma ele se articula como construtor da realidade, tomamos como objeto de estudo a cobertura realizada pelo Jornal da Band no caso da ocupação de um grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em uma propriedade pública estatal, localizada na cidade de Vacaria, no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave

Jornalismo opinativo; Jornal da Band; MST; construção da realidade.

Introdução

Os jornalistas do início do século XX, quando questionados sobre a função de sua profissão, afirmavam que o jornalismo estaria fundamentado em princípios de honestidade, clareza e coragem, e que o jornalista nada mais era do que um servidor da verdade e da justiça, agindo em prol do leitor e da comunidade. Havia, nesses discursos, a presença constante da palavra verdade, como algo que deveria ser atingido a qualquer custo. Além de *verdade*, outro termo constante na maioria dos códigos era a objetividade. Com o tempo, a discussão em torno da objetividade reduziu-se de forma simples a uma dicotomia entre essa noção e a de subjetividade (TRAQUINA, 2004). A objetividade, então, passou a ser fundamental para o jornalismo informativo, que almeja ser isento e imparcial, para assim causar um efeito de sentido de que retrata fielmente a realidade.

¹ Trabalho apresentado no IJ01- Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2012.

² Acadêmico de graduação. 7º semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: marlon.smdias@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Jornalista e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde atuou como professora substituta do curso de Jornalismo. E-mail: giselereginato@gmail.com.



Essa pretensa imparcialidade do jornalismo, que tem como um de seus pilares a objetividade, é bastante discutida, tanto nos encontros entre pesquisadores da área da comunicação como dentro das redações jornalísticas. Ainda hoje, objetividade e neutralidade são apontadas como princípios básicos para dizer se uma empresa de comunicação é ou não credível. Para alguns, é possível fazer um jornalismo sem interferência dos interesses humanos. Para outros, toda produção jornalística sofre um filtro de regulação. A essa questão, atrela-se o conceito de *verdade*⁴, através do qual se instaura a pretensa busca por transmitir a realidade aos receptores (sejam eles leitores, ouvintes ou telespectadores) através de uma matéria jornalística informativa, sem fundos ideológicos ou subjetividades.

Importante ressaltar que, quando falamos em matérias jornalísticas informativas e/ou opinativas neste estudo, estamos nos baseando na divisão de gêneros do jornalismo impresso⁵, proposta por Marques de Melo (2003), apresentando dois tipos: o Jornalismo Informativo, que abarca nota, notícia, reportagem e entrevista, e o Jornalismo Opinativo, que compreende editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. Enquanto o Informativo assegura a informação ao povo e o registro honesto daquilo que observa, o Opinativo busca influenciar e formar o homem (MARQUES DE MELO, 2003, p. 28).

Após os estudos de *newsmaking*⁶, a ideia de que as notícias seriam um *espelho da realidade* foi superada. Sabemos que o jornalismo não trabalha com a *verdade* – conceito mais do que discutido no campo da Filosofia –, mas sim com a construção de uma realidade, a partir da interpretação dos fatos.

Cada fato é interpretado de uma forma, e um mesmo acontecimento vai gerar várias histórias diferentes, pois o que é levado em conta nas rotinas produtivas de cada equipe de produção são as normas empresariais dos veículos, a cultura profissional e pessoal do jornalista, além da noticiabilidade contida em cada acontecimento. Ao final, o produto oferecido ao público não é nada mais do que a *realidade construída* de algo que aconteceu. Uma história que em poucas explicações é caracterizada como *verdade* (PIRES; SANTOS, 2010, p.2, grifos nossos).

⁴ Não trabalharemos neste estudo com o termo *verdade*, visto que seria preciso entrar em discussões do campo filosófico. E, como se sabe, esse ainda é um conceito bastante debatido e sem uma definição única e definitiva. Optamos, pois, em trabalhar com o termo *realidade construída*, já nos filiando à abordagem construcionista de estudos do jornalismo.

⁵ Mesmo sendo para o jornalismo impresso, os dois tipos de jornalismo propostos por Marques de Melo (2003) podem ser utilizados nas reflexões sobre o telejornalismo.

⁶ Estudos de *newsmaking* correspondem aos estudos acerca da produção das notícias em jornalismo.



Iniciamos este estudo concordando com o posicionamento de Marcondes Filho (1993, p.130), que assevera: “o jornalismo não é nem neutro nem objetivo”. E não o é porque o filtro de regulação inicia já no momento de escolha da pauta. Ao escolher qual assunto abordar, estamos preterindo outros. E a partir de então, escolhemos o enquadramento, as fontes, a ordem de apresentação das informações, as palavras que utilizaremos. Enfim, a produção da matéria jornalística mostra-se como um processo de escolhas. E se é um processo de escolhas, está sujeito à subjetividade do jornalista.

Conforme expõe Rezende (2000), desde a década de 1950, quando foi ao ar o primeiro telejornal, os formatos dos programas foram se modificando, abandonando cada vez mais o formato radiofônico adaptado para a TV, até consolidar um estilo próprio, bastante influenciado pelos norte-americanos. Já na década de 1980, comentários e colunas de opinião foram inseridos nos telejornais, modificando o modelo engessado que predominava. Em 1988, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) contrata o ex-editor chefe da *Folha de São Paulo*, Boris Casoy, para comandar um telejornal diário em horário nobre. Casoy tornou-se referência ao apresentar um novo modo de fazer telejornalismo: ao final de reportagens polêmicas, o âncora expunha sua opinião. Boris Casoy chegou a criar bordões, como *Isso é uma vergonha* e *Vamos passar o Brasil a limpo*, que são até hoje marcas dos telejornais apresentados por ele.

Em pouco tempo, esse novo formato de telejornalismo conquistou espaço. Passou a ser comum a realização de comentários ao final das reportagens, feitos por jornalistas que “acabaram provando em várias situações as suas ligações com o conjunto de ideias dos donos da empresa jornalística, assumindo, em alguns momentos, posições ainda mais reacionárias, que os patrões não teriam a coragem de assumir publicamente” (VIEIRA, 1998, p.2).

Assim, os telejornais que seguiam o modelo opinativo conquistaram os espectadores que buscavam, mais do que saber dos acontecimentos relevantes do dia, uma opinião que norteasse sua própria forma de pensar sobre assuntos polêmicos. Isso fez com que os telejornais ocupassem o lugar de formadores de opinião, estando entre os maiores produtores de significados culturais e sociais na sociedade contemporânea.

A partir do momento em que o Jornalismo Opinativo ocupa espaço nos telejornais, vemos a necessidade de pôr em discussão o seu papel como formador de opinião. Como dito antes, a opinião dos telejornalistas vai ao encontro da ideologia da empresa de comunicação para a qual ele trabalha. Até aí, consideramos legítimo – e de certo modo até honesto – que a empresa deixe claro seu posicionamento ideológico.



Não falamos aqui de radicalismos ou de emissoras que veiculam apenas sua opinião, sem dar espaço para todos os lados das questões que geram discussão. Em absoluto, até porque as emissoras estão chanceladas por concessões públicas e utilizar o meio como veículo de opinião expressa e única do dono da emissora é um ataque direto a essa concessão. Porém, é preciso analisar até que ponto essa *posição ideológica* interfere no conteúdo informativo dos telejornais e, por conseguinte, na construção da realidade.

Para tanto, utilizamos neste estudo o caso da ocupação de um grupo de sem-terra em áreas pertencentes a uma instituição do estado do Rio Grande do Sul. Mais precisamente, discutiremos a forma como esse assunto foi abordado pelo Jornal da Band, da TV Bandeirantes. Analisamos, num primeiro momento, uma nota divulgada pelo telejornal sobre a ocupação⁷. Em seguida, analisaremos uma reportagem veiculada dois dias após a primeira nota ir ao ar. Por último, faremos a análise de uma nota oficial, lida no ar como direito de resposta, com o posicionamento do governador Tarso Genro (PT-RS), em repúdio à reportagem veiculada pela emissora no dia anterior.

O Jornal da Band é exibido de segunda a sexta-feira, às 19h15min. Está no ar desde a fundação da Rede Bandeirantes de Televisão, em 1967, sendo o principal telejornal da emissora. A escolha do Jornal da Band para análise deu-se por ser um programa exibido em rede nacional e, assim, possuir abrangência em todo o país, tendo um grupo heterogêneo de telespectadores. É um telejornal opinativo, no qual o âncora é o responsável por opinar sobre os assuntos de mais destaque. Além disso, devido a sua abrangência, o telejornal passa a ser também responsável

pela construção de uma identidade nacional ao retratar a realidade da população brasileira, construindo laços de pertencimento entre público e emissora, uma vez que os telespectadores se identificam com o material veiculado pela TV Bandeirantes e em muitos casos compartilham da opinião assumida pelo âncora do telejornal (MARTINS; ANDRADE, 2007, p.6).

Para melhor compreensão do contexto dos conflitos em torno dos trabalhadores sem-terra e do Jornal da Band, o presente artigo traz um breve histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assim como uma contextualização sobre a ocupação do terreno da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), no município de Vacaria (RS). Através desses tópicos iniciais, buscamos apresentar brevemente a evolução do Movimento Sem Terra no Brasil e contextualizar a situação

⁷ Todos os vídeos analisados neste artigo estão disponíveis em
<<http://videos.band.com.br/Canais/Jornalismo?channel=577>>. Acesso em: 30 nov 2011.



que motiva este estudo: a ocupação do terreno da Fepagro. Ainda apresentamos uma discussão dedicada à relação entre o MST e a cobertura jornalística, para compreendermos como se dá a representação do movimento no espaço público midiático. Destacamos, no entanto, que o entendimento dessa relação não é nosso foco de análise, mas compreender tal problematização auxilia no objetivo do artigo, que é analisar a construção da realidade através da informação e da opinião acerca do MST veiculada pelo Jornal da Band.

Um breve histórico do Movimento dos Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) apresenta-se atualmente como “o maior movimento social campestre da América Latina” (BRINGEL; FALERO, 2008, p.281). Sem uma data de fundação estabelecida, o MST adotou o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná, realizado entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, como ponto de partida para a sua construção. O país vivia, à época, uma conjuntura de intensas lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura militar e de mobilizações operárias. Após o encontro, os trabalhadores rurais saíram com a árdua tarefa de construir um movimento que os representasse e lutasse pela causa a nível nacional. Desde então, o MST luta pela Reforma Agrária e por um novo modelo agrícola no país, dando continuidade às lutas das Ligas Camponesas, extinguidas pelo Exército após o Golpe Militar de 1964⁸.

Os integrantes do movimento tomaram como ferramenta fundamental dessa luta a ocupação de terras devolutas e de latifúndios improdutivos. Além disso, promovem marchas e passeatas, jejuns e greves de fome e também manifestações em grandes cidades do Brasil, em busca da visibilidade dos seus atos, para que assim consigam alcançar seus objetivos (MORISSAWA, 2001, p.199-203). Esse modo de agir e reivindicar divide opiniões e gera discussões entre governo, movimentos sociais e sociedade. As discussões começam desde o momento em que se faz necessário nomear a sua *ferramenta fundamental*: ocupação ou invasão? Este será um dos pontos abordados mais adiante, na análise do caso.

Na última década, o MST estabeleceu um diálogo mais intenso e direto com os líderes governistas – principalmente com o governo federal, desde que o Partido dos Trabalhadores ocupou o cargo máximo do executivo nacional, em janeiro de 2003, com a posse de Luis Ignácio Lula da Silva. Com a popularização da internet e dos meios de

⁸ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em 10 nov 2011.



comunicação digital, o MST encontrou novos espaços midiáticos para discutir e divulgar suas lutas. Mesmo assim, ainda é possível encontrar matérias jornalísticas que associam os integrantes do movimento à desordem e à criminalidade.

O discurso jornalístico sobre o MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não pode queixar-se de falta de visibilidade nos meios de comunicação. Sua presença nos noticiários é tão comum que, só de falar o nome do grupo, já se pode imaginar o conteúdo e as imagens do material que serão veiculados: ocupações de terras, marchas de reivindicações, bloqueios de estradas. O movimento conquistou tanta visibilidade que o foco da midiaticização passou para o grupo, deixando em segundo plano a luta pela qual eles se mobilizam (MELO, 2005, p.1-2).

Mesmo com as críticas quanto à forma como o MST é publicizado pela imprensa, deixar de aparecer nos meios não seria a melhor alternativa. Isso porque o espaço público contemporâneo é a mídia. Se o MST quer que suas reivindicações cheguem ao debate público, suas ações precisam ser noticiadas. Segundo Melo (2005), o MST tem conseguido existir socialmente porque tem alcançado tal visibilidade. Como conclui a estudiosa: “Estar na pauta é, portanto, existir”. Então, estabelece-se uma relação baseada num jogo de interesses: de um lado, o MST na busca pela visibilidade de suas reivindicações; e do outro, a instituição jornalística querendo produzir notícias.

Os movimentos sociais configuram-se como uma bandeira de luta pelas mudanças sociais e, ao optarem pelas manifestações públicas como forma de reivindicação, passam a ser um *prato cheio* para o jornalismo, cujo objetivo primordial é buscar acontecimentos com índices de notabilidade para que possam virar notícia. Sendo assim, percebemos que

os movimentos sociais são atrativos para os meios: por exemplo, os chamados movimentos de confrontação oferecem acontecimentos e discursos que consideram conflitantes, um dos valores-notícias mais utilizados pelos jornalistas (GARCÍA, 2003, p.21).

Em 2011, o coletivo Intervezes realizou uma pesquisa sobre a cobertura midiática em torno do MST durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Dessa pesquisa, retiramos algumas informações importantes para o entendimento da construção do discurso jornalístico sobre o MST:

Em muitos casos, o MST é citado como referência para baderna, violência ou relações de prevaricação com o poder público. Daí a



diversidade de temáticas em que o Movimento aparece, muitas vezes apenas como exemplo de comparação para uma atitude “radical”, no sentido pejorativo do termo, de outros grupos sociais (INTERVOZES, 2011, p.57, grifo do autor).

Segundo a pesquisa do Intervezes, há uma forte tendência da mídia por criminalizar o MST, com matérias que, direta ou indiretamente, referem-se a atos violentos dos integrantes, além da utilização de um vocabulário pejorativo. “Tacham ainda o Movimento de ter se ‘afastado do seu objetivo original’, a distribuição de terras, e ter se transformado num movimento ‘político’, como se tratassem de conceitos contraditórios” (INTERVOZES, 2011, p.57, grifos do autor). Muitas vezes, deixam de mencionar, ou menosprezam, as causas pelas quais o movimento luta, atendo-se basicamente a um discurso de criminalização.

Nesse contexto, é preciso destacar o enraizamento cultural e histórico na ressignificação do discurso da luta sobre a terra, em que a imagem de “baderneiro e ilegal” sempre foi associada aos camponeses que se organizam politicamente (ROMÃO, 2002, p. 13). Dessa forma, é necessário compreender que

[...] o discurso sobre a posse da terra não nasce na década de 80, junto com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, enquanto Movimento Social organizado. Os sentidos de luta e oposição no tocante à distribuição da terra passam pela resistência indígena no período da colonização; pela luta dos negros contra o cativeiro nos quilombos; pelo levante dos colonos europeus em Ibicaba; pela vivência igualitária no arraial de Canudos; pela mobilização de colonos no Contestado; pela articulação das Ligas Camponesas; para, então, ser ressignificado atualmente pelo MST (SANTI, 2009, p. 43).

A ocupação do terreno da Fepagro

Na segunda-feira do dia 26 de setembro de 2011, centenas de pessoas ocuparam os 370 hectares de terra que pertencem à Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), localizada no município de Vacaria, na região norte do estado do Rio Grande do Sul. Eram trezentas famílias, integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os movimentos reivindicavam a função social do terreno e afirmavam que, dos 370 hectares de terra ocupada, apenas 2 hectares eram utilizados para fins de pesquisa. Além disso, alegavam que o restante de terra estava sendo arrendado para empresas privadas e que as pesquisas realizadas pela Fundação giravam em torno de agrotóxicos.



Os movimentos propunham que, ao invés de ficar desocupada ou servir para a produção de experimentos com agrotóxicos, a área poderia servir como assentamento de famílias, onde elas poderiam viver, trabalhar e produzir alimentos na terra. Além disso, apresentavam junto às reivindicações a ideia de transformar a área em um centro de pesquisa voltado para a realidade agrícola da região.

Uma semana após a ocupação, a Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul pediu a reintegração de posse do terreno. A decisão judicial, entretanto, não estipulou uma data para que as famílias deixassem o local. O governador do estado, Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores (PT), deu o prazo de 90 dias para a desocupação completa do terreno da Fepagro. Esse tempo de três meses seria o ideal para que o governo estadual arranjasse um novo local para assentar as famílias.

Não foram necessários três meses para a desocupação completa do terreno. No dia 31 de outubro de 2011, os integrantes do MAB e do MST que ainda permaneciam no local desocuparam o terreno, após o avanço nas negociações com o governo estadual e membros da Fepagro⁹.

Análise do caso: A ocupação da Fepagro pelo MST no Jornal da Band

Na edição do dia 10 de outubro de 2011, o Jornal da Band apresentou uma nota sobre a ocupação das terras da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), em Vacaria (RS). Com duração de um minuto, a nota não trazia imagens que cobrissem a fala dos âncoras do telejornal, Fabio Pannunzio e Ticiania Villas Boas. Abaixo, apresentamos a transcrição da nota apresentada pelo Jornal da Band na edição de 10 de outubro, em que grifamos alguns termos que consideramos relevantes para a análise:

10 de outubro, segunda-feira

NOTA PELADA – Duração: 1 min.

Pannunzio: O governo do Rio Grande do Sul *descumpre* uma *decisão judicial* e *autoriza* o MST a permanecer por três meses numa área *invadida* que pertence à Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária. A área de 370 hectares no município de Vacaria foi *ocupada* em setembro por 300 famílias do MST e de atingidos por barragens.

Ticiania: A reintegração de posse foi determinada pela justiça na semana passada. O governo negociou com os *invasores* e *autorizou a permanência do grupo* no terreno por mais 90 dias, desde que não haja interferência nos trabalhos de pesquisa.

Pannunzio: Esta é uma *tradição nos governos mais radicais do PT*. Como o mandato *não tem data para ser cumprido*, ele acaba sendo *solenemente desconsiderado*, como se não existisse. Isso já aconteceu

⁹ Informações disponíveis em: <<http://sul21.com.br/jornal/2011/10/mab-e-mst-desocupam-a-area-da-fepagro-em-vacaria/>>. Acesso: 01 nov 2011.



no Pará, onde mais de cem mandatos foram descumpridos pela ex-governadora, Ana Julia Carepa, e é exatamente isso que o governador Tarso Genro está fazendo agora lá no RS. Assim ele se torna *cúmplice de um modo de agir do MST que é amplamente condenado pela opinião pública brasileira*.

Pannunzio inicia a nota enfatizando que o governo do Rio Grande do Sul estaria descumprindo uma ordem do Poder Judicial, autorizando a permanência dos sem-terra nas terras da Fepagro. Ao utilizar a palavra *descumprir*, o âncora aponta o governo do RS como agente de uma conduta ilegal, e que por ser contrária ao Poder Judicial se coloca contrária à própria justiça. Já em sua última fala, Pannunzio contradiz seu pensamento anteriormente exposto, ao afirmar que “o mandato não tem data para ser cumprido”. Se o mandato não possui uma data limite para seu cumprimento, compreende-se, então, que o governo do RS – representado pelo governador Tarso Genro – não está descumprindo o mandato. Ao dizer que o mandato está sendo “solenemente desconsiderado, como se não existisse”, o âncora do Jornal da Band transmite uma opinião pessoal, ancorada na omissão de informações importantes para que o telespectador entenda o caso.

Mesmo citando em sua fala que não há um prazo para que os sem-terra abandonem o local, o discurso de Pannunzio dá mais ênfase ao descumprimento de um mandato. Sendo assim, a informação sobre a inexistência de um prazo limite pode passar despercebida ao telespectador. Acreditamos que a decisão de permitir que as famílias de sem-terra permanecessem por mais três meses no local foi movida por razões humanitárias do governo do estado do RS, visto que seria o tempo necessário para assentar as pessoas em outro local. O mais grave na construção do discurso de Fábio Pannunzio é a forma como o âncora do Jornal da Band desqualifica moralmente uma decisão legítima tomada pelo governador Tarso Genro.

Vemos através desta fala um caso de manipulação jornalística, a partir do momento em que Fábio Pannunzio trabalha com a omissão – revela dados que interessam e sonega aquilo que não convém publicar (MARCONDES FILHO, 1993, p.134). Seguindo as proposições de Marcondes Filho, que divide a manipulação em ativa e passiva, podemos assinalar que neste caso houve uma manipulação ativa do discurso jornalístico, já que há um “projeto” – seja ele consciente ou não –, sendo este “uma visão de mundo orientando a notícia” (p.139).

Percebemos que a última fala da nota é dedicada a um comentário de Fábio Pannunzio. O âncora o inicia falando que a atitude de permitir que os sem-terra



continuassem no terreno da Fepagro por mais 90 dias exemplificaria atitudes que seriam uma “tradição nos governos mais radicais do PT”. É nítida a crítica direta ao governador Tarso Genro e ao Partido dos Trabalhadores, que tem uma história política de apoio às causas do MST. Ao final, Pannunzio afirma que agindo de tal forma, o governador está se tornando “cúmplice de um modo de agir do MST que é amplamente condenado pela opinião pública brasileira”.

Mesmo utilizando um espaço opinativo dentro do telejornal, entendemos que foi mal colocado o termo “opinião pública” na fala do âncora. Muitas são as discussões em torno do conceito de Opinião Pública, por isso não nos aprofundaremos na discussão dessas definições. Baseamos este estudo no conceito apresentado por Hohlfeldt (2001) – que por sua vez, baseou-se nos estudos de Elisabeth Noelle-Neumann – que diz que a opinião pública “é um processo de interação entre as atitudes individuais e as crenças individuais sobre a opinião da maioria. Pela influência provocada na audiência pelos *mass media* chega-se à confluência do que seja a opinião majoritária” (HOHLFELDT, 2001, p. 231).

Entendemos que quando Pannunzio fala em “opinião pública brasileira”, refere-se à opinião que imagina ser da maioria da população. Entretanto, ele não apresenta nenhum dado que comprove tal informação. O jornalista ocupa o posto de formador de opinião, sendo que sua opinião representa a da emissora. Ou seja, a partir do momento em que diz que a opinião pública brasileira condena amplamente esse modo de agir do MST, o jornalista está apenas ratificando um argumento levantado e sustentado pela própria cobertura jornalística: de que as ações do MST – as ocupações – são sinônimos de baderna e desordem pública. Essa opinião representa a opinião de uma parcela de pessoas, mas talvez não a opinião majoritária. Não está, pois, representando a realidade, mas sim construindo uma nova realidade a partir de opiniões carentes de dados estatísticos que comprovem a afirmação.

Dois dias após a veiculação da nota, o Jornal da Band apresentou uma reportagem sobre a ocupação no terreno da Fepagro. A reportagem foi realizada pela repórter Luci Jorge, que esteve no terreno da Fundação, em Vacaria (RS), e conversou com uma representante do movimento, um policial militar e um advogado. Abaixo, apresentamos para transcrição da reportagem, com algumas marcas em destaque, que reiteram o discurso e o posicionamento do telejornal perante a situação.

12 de outubro, quarta-feira



CHAMADA

Pannunzio: O governo do RS *demora a cumprir uma decisão judicial* que mandou um grupo de sem-terra desocupar a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária. A área que fica no interior do estado foi *invadida* há quase três semanas.

REPORTAGEM – Duração: 2 min.

OFF: Os experimentos com vegetais e grãos que eram realizados na Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, em Vacaria, estão parados desde que o MST invadiu os prédios e a propriedade de 370 hectares no interior gaúcho. O grupo de 300 pessoas lavrou a terra e plantou hortaliças. Como a área *invadida* é pública, a Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul pediu a reintegração do terreno.

STAND UP: A justiça de Vacaria determinou a reintegração de posse da área há mais de uma semana, *mas até agora nada aconteceu*. Além de descumprir a ordem judicial, o governo gaúcho autorizou o MST a permanecer mais 90 dias no local.

OFF: Nesse período, o governo diz que vai estudar alternativas para assentar as famílias e negociar uma *saída pacífica*. A juíza Carina Falcão chegou a requisitar força policial para a retirada dos *invasores*, mas não fixou data para a desocupação.

Major Vilmar Araldi (Brigada Militar): Fomos solicitados, requisitados força policial através de 2ª Vara Cível, para que fosse feita a retirada dos mesmos, só que *não foi dado prazo*.

OFF: A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária não quis se manifestar sobre a *invasão*, mas os próprios *invasores* confirmam que os funcionários estariam de férias coletivas.

Michele Santos (representante do MST): O que a gente quer é desapropriação de áreas. Nós não ‘vamo’ parar enquanto nós não ‘tiver’ uma coisa de concreto.

OFF: Para este advogado especializado em direito agrário, o governo gaúcho parece dividido. Ao mesmo tempo em que pediu à justiça a desocupação da área pública, autoridades alinhadas ao movimento dos sem-terra defendem os interesses dos *invasores*.

Nestor Hein (advogado): Creio que com base muito numa questão ideológica, que tem sua importância, mas ela não pode sobrepujar os interesses do estado. Ou seja, as pessoas têm que sair porque ali é um local de pesquisa, um local que tem destinação específica, com uma *função social* de grande relevância.

Na chamada da reportagem, Fábio Pannunzio diz que o governo gaúcho está demorando a cumprir uma decisão judicial. Já no texto da reportagem, Luci Jorge afirma que “além de descumprir a ordem judicial, o governo gaúcho autorizou o MST a permanecer mais 90 dias no local”. Com isso, só reafirma o posicionamento tomado pelo âncora do telejornal dois dias antes. O governo do RS é novamente posto como agente de uma conduta ilegal. Ao final, utilizam a fala de um advogado que corrobora com a opinião de que as autoridades, ou seja, o governo do PT, estão “alinhadas ao movimento dos sem-terra” e que “defendem os interesses dos invasores”, estando, dessa forma, divididos entre fazer o que a reportagem considera *certo* (pedir a reintegração de



posse e expulsar os sem-terra) ou fazer aquilo que seria *errado* (dar mais tempo para que uma solução pacífica pudesse ser tomada).

A reportagem não deixa claro que a ordem judicial não possui uma data limite para cumprimento, sendo que um único indício é dado na fala do Major Vilmar Araldi, da Brigada Militar, quando ele diz que a Brigada foi solicitada para dar suporte na retirada dos sem-terra do local, “só que não foi dado prazo” para os policiais.

Outro ponto a ser levantado é a utilização do termo invasão, ao invés de ocupação. Entendemos aí que os acontecimentos em relação ao MST já nascem como discurso, ou seja, o *encaixe discursivo* que o sujeito utiliza para tratá-los vai definir sua opinião sobre o assunto. Utilizar a palavra invasão, ou algo que remeta a ela – como é corriqueiro nos textos jornalísticos –, ajuda a reforçar o suposto consenso de que o movimento é baderneiro. Morissawa (2001) enfatiza a diferença entre invadir e ocupar:

Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua *função social* – e fazer pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação (MORISSAWA, 2001, p.132, grifo do autor).

Ressaltamos ainda algo importante que Morissawa (2001) cita: a função social da propriedade. Assegurada pela Constituição Federal, em seus artigos 184 e 186¹⁰, toda propriedade deve atender a uma função social, sendo a reforma agrária uma política de Estado legítima. Além disso, todo cidadão interessado nesta reforma tem o direito de realizar ações que visem a implementação desta política. Logo, os trabalhadores sem-terra estão no direito de reivindicar as terras que não estejam cumprindo sua função social.

Abaixo, transcrevemos uma nota sobre o mesmo assunto lida pelo âncora do Jornal da Band, Fábio Pannunzio. A nota oficial foi divulgada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, em repúdio à reportagem exibida no dia anterior. Trazemos a nota, pois achamos interessante para o fechamento dessa análise, pois mostra o fim do ciclo que teve início na segunda-feira, 10 de outubro, com a primeira nota. Vamos então analisar alguns traços desta, mas, principalmente, o comentário do âncora no final.

13 de outubro, quinta-feira
NOTA COBERTA

¹⁰ Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>



Pannunzio: O governo do Rio Grande do Sul contestou em nota oficial a reportagem exibida ontem pelo Jornal da Band, que criticou o acordo feito com os integrantes do MST que *invadiram* a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária da cidade de Vacaria. Diz a nota que como a decisão da justiça *não estabelece data para a reintegração*, o governo optou pelo acordo que permitiu a *solução pacífica* para a *ocupação* e também a continuação da política de reforma agrária do estado. Diz também que a área *invadida* da Fundação já foi parcialmente desocupada pelo MST e um grupo de famílias permanecerá no local até que se efetive o seu assentamento definitivo numa área a ser adquirida pelo INCRA, sem comprometer a retomada das atividades da Fundação.

Pannunzio: Bom, essa foi a resposta do governo gaúcho. *O Jornal da Band reafirma as críticas que fez ao governador Tarso Genro e insiste nesse ponto.* Ao oferecer mais 90 dias de permanência aos *invasores*, ele está apoiando os *métodos do MST*, que são *amplamente condenados pela população brasileira*.

Na nota acima, Tarso Genro dá explicações sobre o porquê de ter autorizado os sem-terra a permanecer no local, da mesma forma que julga correta sua atitude, visto a política de reforma agrária seguida pelo governo gaúcho. É interessante perceber como houve a abertura de espaço para a contestação da parte que se sentiu lesada pela reportagem veiculada pelo telejornal. Ao mesmo tempo, o comentário final desautoriza a nota – mostrando nitidamente o caráter opinativo do Jornal da Band –, quando o âncora reafirma seu posicionamento de crítica, agora não pessoal, mas utilizando o nome do telejornal: “O Jornal da Band reafirma as críticas que fez ao governador Tarso Genro e insiste nesse ponto.”.

Pannunzio insiste em culpabilizar a suposta cumplicidade entre o governo gaúcho e o MST, afirmando que os 90 dias dados como prazo pelo governador eram um indício da aprovação ao comportamento do movimento. O âncora voltou a repetir que essa era uma ação amplamente condenada, agora não mais pela opinião pública, mas sim pela população brasileira. Mesmo com a mudança de termos, o sentido apreendido é o mesmo: para o apresentador, os brasileiros, em sua maioria, repudiam as ações do MST. Novamente, Pannunzio utiliza seu posto de formador de opinião, e da liberdade que lhe é conferida pelo caráter opinativo do programa, para buscar influenciar ou reforçar a opinião dos telespectadores.

Considerações Finais

O jornalismo é uma forma de conhecimento, angulada a partir de cada fato singular retirado da realidade. Se os telespectadores adquirem conhecimento através do



material jornalístico, compreendemos que o estudo do jornalismo opinativo é de suma importância para compreendermos como a realidade é construída através do discurso jornalístico. Destacamos que a pesquisa sobre o tema apresenta muitas continuidades. O jornalismo opinativo, a mídia como agente principal de uma realidade construída e conceitos banalizados como o de opinião pública necessitam de discussões mais fundamentadas. Ademais, sentimos falta de uma pesquisa de opinião pública que contasse com a opinião da população brasileira sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O movimento possui uma representação bastante carregada na mídia e saber qual o posicionamento majoritário da população ajudaria na compreensão e na crítica a discursos como o dos telejornalistas do Jornal da Band.

Independente da lacuna que busquemos preencher e de outras escolhas teóricas ou metodológicas que poderiam ter sido escolhidas para tal análise, é necessário problematizar que “o que o jornalismo não diz, as angulações que ele descarta, as vozes que ele ignora – ou a forma como ele marginaliza o que parece perigoso e acomoda o diferente na ordem de um regime discursivo – terminam por estabelecer, indiretamente, um suposto consenso social” (BENETTI, 2010, p. 161-162). Percebemos, assim, a necessidade de lançarmos o olhar ao *mundo socialmente instituído como legítimo pelo jornalismo* e não esquecermos de que o discurso jornalístico sofre muitas interdições no seu enquadramento.

Referências bibliográficas

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes Transnacionais de Movimentos Sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial, in **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 269-288, Maio/Ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a06v21n53.pdf>>. Acesso em 15 nov 2011.

GARCÍA, Dorde Cuvardic. **Relações entre meios de comunicação e movimentos sociais**. Líbero, São Paulo, v.6, n.12, 2003.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Vozes. Petrópolis, 2001.



INTERVOZES, Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Vozes Silenciadas**: A cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. 1ª Edição. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/publicacoes/livros/vozes-silenciadas/VozesSilenciadas_Final_1009.pdf>. Acesso em 15 nov 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo Fin-de-siècle**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

MARTINS, Simone; ANDRADE, Danubia. **A Construção Social da Notícia**: um olhar sobre a abordagem do 7 de setembro no Jornal da Band. Revista PJ:Br (São Paulo), v. 9, p. 2, 2007.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MELO, Paula Reis. Notas sobre a Condição do MST enquanto Fonte Jornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005. Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PIRES, Bruna Alves; SANTOS, José César. Realidade Construída: Uma análise dos valores-notícia e da serialidade temática presentes nas reportagens do telejornal Bahia Meio Dia, da TV Oeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33, 2010. Caxias do Sul. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2010. CD-ROM.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **O litígio discursivo materializado no MST**: a ferida aberta na nação. 2002. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: USP, 2002.

SANTI, Vilso Junior Chierentin. **As representações no circuito das notícias**: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no jornal Zero Hora. Dissertação de mestrado. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Vol. I**. Florianópolis: Insular, 2004.

VIEIRA, Toni André Scharlau. **O Espaço Opinativo na Televisão Brasileira**. V Encontro Iberoamericano de Ciências da Comunicação. Porto, 1998. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/vieira-scharlau-espaco-opinativo.html>>. Acesso em 15 nov 2011.